



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/09/2014**  
**(Contém folhas)**

**ATA Nº 19**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 29/09/2014

#### ATA Nº 19

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 08 de setembro de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

#### I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### 1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

###### 1.1.1 - Real Confraria do Maranhão - II Capítulo Interno - Convite

----- Foi presente uma carta da Real Confraria do Maranhão, a dirigir convite ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores para o II Capítulo Interno, a levar a efeito no dia 18 de outubro do corrente ano, sob o lema "A Real Confraria do Maranhão e as Autarquias". -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

###### 1.1.2 - Associação Nacional de Municípios Portugueses



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### - Conferências da ANMP: Portugal do Futuro

----- Foi presente uma comunicação da ANMP a informar sobre a primeira Conferência promovida pela ANMP, no âmbito das comemorações dos 30 anos da ANMP, subordinada ao tema “A Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade”, que vai ter lugar no auditório da Fundação Bissaya Barreto em Coimbra, no dia 15 de outubro de 2014. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 1.1.3 - Processos Judiciais do Município e das Freguesias de Pampilhosa da Serra

##### - Informação do Sr. Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves

----- Foi presente uma comunicação do Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves, a remeter informação atualizada sobre os processos judiciais pendentes, bem como das alterações relevantes entretanto ocorridas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

#### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 26 de setembro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.045.158,73 € (dois milhões, quarenta e cinco mil cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 218.570,67 € (duzentos e dezoito mil quinhentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos) num total de 2.275.013,57 € (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil e treze euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 2.1.2 - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

##### - Cofinanciamento dos EPI para corporações de bombeiros



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a comunicar que, na sequência do deliberado na reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal de 30 de julho, a CIM Região de Coimbra iniciou a elaboração dos documentos instrutórios do procedimento de contratação pública para aquisição de botas e luvas para os corpos de bombeiros de 18 municípios, pelas seguintes razões: -----

----- - Nos concursos públicos realizados, as empresas concorrentes não apresentaram preço para o fornecimento desses equipamentos ; -----

----- - Essa não apresentação de preços levou a que os valores de adjudicação fossem inferiores ao previsto na candidatura apresentada ao POVT, o que conduziu à existência de um saldo de 78.233,80 € (FEDER) no financiamento do POVT. -----

----- Assim, como deliberado, a CIM RC irá abrir procedimento de contratação pública para um fornecimento de equipamento em que se estima que a comparticipação total dos municípios seja de cerca de 114,992,98 €. -----

----- Mas refere que o esforço financeiro de cada município, em função do nº de botas e luvas previstos, está descriminado no documento anexo I; -----

----- Que, nas candidaturas iniciais o cofinanciamento assumido por cada município era de 7,5% do valor dos EPI, sendo o financiamento do POVT de 85% e o da ANPC de 7,5%, pelo que a cada município corresponde o encargo financeiro referido no anexo II, onde consta a listagem das corporações servidas, tipo e quantidades de EPI; -----

----- Solicitam, assim, que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, desenvolva os procedimentos devidos, designadamente em sede do órgão Executivo, para que a CIM Região de Coimbra possa vir a ser ressarcida das despesas assumidas. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a CIM Região de Coimbra as importâncias de 1.443,29 € conforme Anexo II e de 5.299,36 € conforme Anexo I. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

### 2.2.1 - Liga Portuguesa Contrato Cancro - Núcleo Regional do Centro - Peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro - 2014

----- Foi presente uma comunicação da Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Centro, a comunicar que vai levar a efeito o seu Peditório Nacional nos dias 31 de outubro, 1, 2 e 3 de novembro, pelo que solicita a colaboração do Município na divulgação daquele Peditório pelos serviços, pela referenciação de voluntários para a realização do mesmo e pelo apoio ao Grupo de Voluntariado Comunitário, quer na



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

distribuição dos cofres de peditório pelos lugares do concelho, quer noutra logística que seja necessária. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade prestar a colaboração solicitada. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 - Góis Moto Clube**

##### **- Moto Rali Turístico "Do Unhais ao Ceira"**

----- Foi presente uma carta do Góis Moto Clube, a solicitar autorização para a realização do Moto Rali Turístico "Do Unhais ao Ceira", prova pontuável para o Troféu Nacional, sob a égide da Federação de Motociclismo de Portugal, a levar a efeito nos dias 18 e 19 de outubro de 2014. Juntam, em anexo, o programa previsto para aquele evento. --

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a comunicar que nada obsta a emissão de parecer favorável, contudo submete à consideração do Executivo Camarário. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS**

#### **2.3.1 - Processo Disciplinar nº 2/2014 - Relatório Final**

----- No âmbito do presente ponto da "Ordem do Dia" desta reunião ordinária do Executivo Camarário, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, alegando impedimento, na medida em que interveio no procedimento administrativo em questão, ali prestando o seu testemunho, não participou na apreciação, na discussão e na deliberação do mesmo, em ordem ao princípio da imparcialidade, estatuído no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo, conforme declaração verbal prestada nos termos do artigo 45º, igualmente, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Declaração de impedimento acolhida pela unanimidade dos membros do Executivo Municipal; após o que, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pacheco Brito Dias, na senda do estatuído no artigo 24º, nº 4, ainda do Código do Procedimento Administrativo e no art. 55º, nº 6 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, ausentou-se da reunião, não



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

estando presente no momento da apreciação, discussão e deliberação do procedimento disciplinar em questão. -----

----- Nesta sequência interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Alves Custódio, referindo que face ao relatório final do processo disciplinar em apreço, que se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais, e entregue pela instrutora do mesmo a cada membro do Órgão Executivo Municipal, este poderia: -----

----- a) Acolher a aplicação da pena disciplinar ali proposta, sendo que, neste caso, não haveria necessidade de fundamentar o ato administrativo, pois que, a deliberação evocaria, fazendo seus, os fundamentos, de facto e de direito, ali constantes; -----

----- b) Ordenar a realização de novos atos ou diligências se se considerassem insuficientes os trâmites processuais promovidos; -----

----- c) Determinar a emissão de parecer, sobre o mesmo Relatório Final, por parte do superior hierárquico da funcionária arguida ou da unidade orgânica municipal julgada adequada para o efeito; -----

----- Ou então, -----

----- d) Proferir deliberação final não concordante com a proposta consubstanciada no Relatório Final, caso em que a mesma, deliberação, deverá ser fundamentada. -----

----- Assim, ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade dos membros presentes, mediante escrutínio secreto realizado, na medida em que está em causa a apreciação de comportamentos e qualidades de uma funcionária, nos termos do nº 3 do art. 55º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 24º do Código do Procedimento Administrativo, o seguinte: -----

----- a) Acolher o sobredito Relatório Final, elaborado em sede do Processo Disciplinar nº 2/2014; -----

----- b) Em consonância, determinar a aplicação à funcionária arguida, Elsa Maria Marcelino Albano, da pena de despedimento por facto imputável ao trabalhador, por o seu comportamento ter consubstanciado infração disciplinar por violação do dever geral de assiduidade, previsto na al i), do nº 1 e nº 11, ambos do art. 3º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 58/2008, de 9 de setembro (atento o disposto no artigo 11º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho) e ter inviabilizado a relação funcional com o Município de Pampilhosa da Serra; encontrando-se aquela pena disciplinar prevista na al. d), do nº 1 do art. 9º e na al. g), do nº 1, do art. 18º do referido Estatuto Disciplinar, cujos efeitos estão previstos no nº 4 do art. 11º do mesmo Estatuto Disciplinar. -----

----- c) Determinar a notificação à arguida do teor da presente deliberação. -----

----- d) Determinar à Secção Administrativa – Recursos Humanos a competente inscrição no registo disciplinar da funcionária arguida, Elsa Maria Marcelino Albano, da



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

pena ora aplicada; outrossim, promover os demais atos e procedimentos indispensáveis à cabal execução do vertente ato administrativo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 – 3ª Edição do Granfondo Sky Road Aldeias do Xisto** **Protocolo de Parceria**

----- Foi presente um Protocolo de Parceria, a celebrar entre a Lago Queiroz Unipessoal, Lda (Ultra Spirit sports), e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto a realização de uma grande ação de cicloturismo, denominada 3ª Edição Granfondo Sky Road Aldeias do Xisto, que envolve a área territorial dos Municípios de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Parceria em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

##### **- Implementação do Programa de Segurança e Vigilância das Praias Fluviais do Concelho em 2014 – Nadadores Salvadores**

----- No âmbito da implementação do Programa de Segurança e Vigilância das Praias Fluviais do Concelho de Pampilhosa da Serra em 2014, foi presente um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a apresentar as contas relativas aos Nadadores Salvadores – Época Balnear do ano de 2014, no valor de 25.767,54 € (vinte e cinco mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade transferir para aquela Associação, o valor apresentado, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.4 – Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

**- Pedido de apoio financeiro destinado a comparticipar o reforço da potência elétrica do futuro Lar de Idosos do Carregal**

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, através de carta datada de 11/08/2014, com o registo de entrada nº 3628, foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre a A.S.S.D.Z e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros) à A.S.S.D.Z., destinado a comparticipar a conclusão da construção/instalação de um Posto de Transformação e ligação em média tensão, do futuro Lar de Idosos do Carregal. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.5 – Proposta de alteração ao documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do Pavilhão, sito na Zona Industrial de Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, do concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *“Tendo em conta que, em reunião ordinária realizada em 28/05/2014, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra deliberou aprovar as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do Pavilhão, sito na Zona Industrial de Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, do concelho de Pampilhosa da Serra, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra; -----*

----- *Considerando que no nº 2 da sua Cláusula Primeira constam as características das três frações em causa; -----*

----- *Tendo em conta que duas das áreas aí mencionadas não correspondem às áreas constantes nas respetivas inscrições matriciais e descrições prediais, sugere-se que o referido nº 2 da Cláusula 1ª das supra citadas Normas seja alterado, atenta a redação que ora se propõe: -----*

----- (...) *“2 – O citado Pavilhão/Edifício é constituído por três frações autónomas, as quais serão objeto de arrendamento, atentas as disposições constantes no presente documento, com as seguintes características: -----*

FRAÇÕES	ÁREA COBERTA	ÁREA DESCOBERTA	ÁREA TOTAL	COMPOSIÇÃO
				Rés do chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

<b>A</b>	285 m2	905 m2	1.190 m2	masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. <b>Primeiro andar:</b> espaço destinado a arrumos. <b>Logradouro.</b>
Inscrição matricial: 854 A		Descrição predial: 836/20061018 - A		
<b>B</b>	283,50 m2	370 m2	653,50 m2	<b>Rés do chão:</b> Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. <b>Primeiro andar:</b> espaço destinado a arrumos. <b>Dois Logradouros.</b>
Inscrição matricial: 854 B		Descrição predial: 836/20061018 - B		
<b>C</b>	286,50 m2	1.038,34 m2	1.324,84 m2	<b>Rés do chão:</b> Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. <b>Primeiro andar:</b> espaço destinado a arrumos. <b>Logradouro.</b>
Inscrição matricial: 854 C		Descrição predial: 836 7 20061018 - C		

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.6 - Aquisição de terreno, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artº 12044, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra

----- Informação do Sr. Presidente, para conhecimento do órgão executivo autárquico: -  
 ---- Considerando que a Pampilhosa da Serra tem vindo a afirmar-se gradualmente como um local turístico atrativo;-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo em conta que o turismo é uma das áreas em que Autarquia tem concentrado os esforços possíveis, por considerar a sua enorme importância para o desenvolvimento do Concelho e que, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a impulsionar e cativar o turismo na nossa região de modo a proporcionar um gerador potencial de fonte de riqueza, despertando o interesse turístico mediante um elevado padrão de qualidade, de prestígio e de promoção da imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Tendo em conta todo o investimento já efetuado nos equipamentos que vieram dar resposta a essa vertente, constata-se que há necessidade de criar também um terminal destinado a Auto Caravanas, devidamente infraestruturado e com as condições exigidas para o efeito, a fim de evitar a frequente paragem aleatória daquele meio de transporte na sede de concelho, não só sazonalmente mas também ao longo do ano; -----

----- Assim, tendo conhecimento da existência de um terreno sito no lugar de "Ponte da Covilhã ou Obra Nova", que reúne as condições necessárias para a concretização daquele terminal, e que se encontra já terraplanado; foram encetadas negociações com os proprietários do mesmo, tendo ficado acordado proceder à compra do referido terreno. --

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irá ser adquirido um terreno, sito no lugar de "Ponte da Covilhã ou Obra Nova", Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 5212 m2, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo º 12044 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 1274. -----

----- Dos contactos e negociações encetadas com os Herdeiros de Rui Aleixo Morais (NIF: 701.444.738), proprietários do imóvel em questão, foi acordado o valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), a suportar pelo Município para a compra do respetivo imóvel, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, com a seguinte nomenclatura: 0102 070101 - Gop's 2014/43. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

##### 3.1.1 - Requerente: Águas do Centro, S.A.



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**- Assunto: Perímetro de proteção de captações de água subterrâneas destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano\_Envio de proposta de delimitação dos perímetros de proteção e respetivos condicionamentos elaborada pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente)**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ A requerente veio solicitar que o Município se pronuncie acerca do conteúdo da proposta de delimitação dos perímetros de proteção e respetivos condicionamentos elaborada pela APA relativamente às captações de água subterrâneas destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano sob a sua gestão no concelho de Pampilhosa da Serra e que se encontram integradas no sistema multimunicipal. -----

----- De acordo com o disposto no Decreto Lei nº 226-A/2007 de 31/05 e Lei nº 58/2005 de 29/12, a delimitação dos perímetros de proteção relativamente às captações de água subterrâneas destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano é obrigatória, de modo a posteriormente ser solicitada a emissão de título de exploração. -----

----- Neste sentido, a Águas do Centro, S.A elaborou um estudo de delimitação dos citados perímetros e remeteu para análise da APA, tendo esta elaborado a proposta que se anexa à presente informação e que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

----- Foram delimitados os perímetros das captações dos sistemas de abastecimento de Póvoa da Raposeira, Maxial, Adurão, Carregal e Dornelas do Zêzere. -----

----- Após análise do conteúdo da proposta apresentada, verifica-se o seguinte:-----

----- 1) De acordo com o nº 2 do artigo 1º do Decreto Lei nº 382/99 de 22/09, os perímetros de proteção são constituídos por três zonas de proteção: zona e proteção imediata, zona de proteção intermédia e zona de proteção alargada; -----

----- 2) As diversas zonas foram definidas e identificadas através de polígonos cujas coordenadas dos vértices fazem parte da proposta; -----

----- 3) Os ortofotomapas anexos traduzem a zona de proteção imediata de cada captação, dado ser esta a que apresenta restrições mais apertadas; -----

----- 4) A zona de proteção imediata de cada captação, de acordo com as condicionantes previstas na proposta, terá de ser vedada e nela é interdita qualquer atividade; -----

----- 5) A condicionante atrás referida é a que suscita mais preocupação e carece de análise cuidada já que implica a sua vedação e consequentemente que os terrenos sejam propriedade do Município ou da Águas do Centro, S.A, e fazerem parte da captação; -----

----- 6) Pela análise efetuada, verifica-se que o Município, aquando da transferência das captações referidas para o sistema Multimunicipal, não se encontrava na posse de todos os terrenos agora identificados como zona de proteção imediata; -----

----- Assim, entende-se que a proposta tecnicamente se encontra correta, devendo contudo ser acautelado pela empresa Águas do Centro, S.A a titularidade dos terrenos necessários à implementação da zona de proteção imediata em cada uma das captações. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos, entende-se propor a aprovação da proposta apresentada, nas condições atrás referidas. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.2 – Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada: Execução da Rede de Saneamento e da Rede de Distribuição de Água de Seladinhãs

- Adjudicatário: Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 04/09/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 125-02-1276959, emitida em 05/12/2007 pelo Millennium BCP, Banco Comercial Português, S.A., garantindo um capital de 5.515,03 € e para reforço de garantia foi prestada a garantia bancária nº 759/2009-P, emitida em 13/07/2009 pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A., garantindo um capital de 5.515,03 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertadas as garantias bancárias acima mencionadas. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.3 – Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada: Execução da Rede de Saneamento e da Rede de Abastecimento de Água em Póvoa da Raposeira

- Adjudicatário: Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- “ Em 04/09/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 201/2006, emitida em 17/02/2006 pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A., garantindo um capital de 11.323,28 € e para reforço de garantia foi prestada a garantia bancária nº 125-02-1451714, emitida em 06/11/2008 pelo Millennium BCP, Banco Comercial Português, S.A., garantindo um capital de 11.323,28 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertadas as garantias bancárias acima mencionadas.-----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 4.1 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

##### 4.1.1 - Contrato para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de águas minerais naturais – Sistema Aquífero do Vidual – Cancelamento de Garantia Bancária.

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Munícipe e Empresário, do seguinte teor: -----

----- “Em 16 de março de 2011 foi assinado um contrato para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de águas minerais naturais numa área situada no concelho de Pampilhosa da Serra, entre o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento – Direção Geral de Energia e Geologia e o Município de Pampilhosa da Serra, conforme deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 9 de março de 2011. -----

----- No âmbito do prosseguimento do processo, atento o disposto no artigo 3º do referido contrato e para efeitos do artigo 54º do Decreto-Lei nº 86/90, de 16 de março, foi prestada caução definitiva no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), sob a forma de garantia bancária, atentas as deliberações tomadas nas reuniões do Executivo Camarário realizadas em 12 de abril de 2011 e 10



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

de maio de 2011. -----

----- O referido contrato chegou ao seu terminus com a comunicação por parte da Direção Geral de Energia e Geologia, da aprovação por despacho delegado do Senhor Diretor Geral de Energia e Geologia, em 11/07/2014, do Relatório Final de trabalhos de prospeção e pesquisa. -----

----- Em conformidade, a Direção Geral de Energia e Geologia procedeu, através de ofício datado de 27 de agosto de 2014, à devolução da Garantia Bancária Ref<sup>a</sup> nº 9015/007142/493 efetuada na Caixa Geral de Depósitos em 2 de junho de 2011, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), pelo que a mesma deverá ser cancelada junto da referida instituição bancária. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 5 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

### 5.1 - EDUCAÇÃO

#### 5.1.1 - Rodoviária da Beira Litoral, S.A (Transdev)

##### - Transportes Escolares / Proposta

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Foi apresentada nova proposta referente à execução dos Transportes Escolares / Públicos no concelho de Pampilhosa da Serra por parte da empresa Rodoviária da Beira Litoral, S.A (Transdev), sugerindo os seguintes circuitos: -----

----- - Padrões/Pampilhosa da Serra; -----

----- - Dornelas do Zêzere/Pampilhosa da Serra; -----

----- - Dornelas do Zêzere/Pampilhosa da Serra (por Porto de Vacas); -----

----- - Meãs/Pampilhosa da Serra; -----

----- - Fajão/Pampilhosa da Serra; -----

----- - Coelhal/Pampilhosa da Serra; -----

----- - Pampilhosa da Serra/Coimbra; -----

----- - Vale Grande/Pampilhosa da Serra. -----

----- De acordo com as necessidades existentes no concelho, foram ainda propostos pela empresa Rodoviária da Beira Litoral, S.A. (Transdev) circuitos especiais que acautelam as necessidades de transporte das crianças dentro da escolaridade obrigatória. -----

----- Consideram os Serviços de Educação que a presente proposta se torna vantajosa para o Município na medida em que deixa de existir um circuito especial (exclusivamente transporte



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

escolar) que passa a carreira regular, permitindo deste modo o alargamento deste serviço à comunidade. -----

----- A referida proposta implica uma comparticipação financeira do Município num valor previsto de 94.249,00 (noventa e quatro mil duzentos e quarenta e nove euros) que poucas alterações traz ao que já estava a ocorrer. -----

----- Assim, proponho a V.Ex<sup>a</sup> a revogação do Protocolo em vigor, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 31 de agosto de 2010. Proponho ainda a elaboração de novo Protocolo de acordo com o exposto. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- 1 - A revogação do Protocolo em vigor, aprovado em reunião de Câmara de 31/08/2010; -----

----- 2 - A elaboração de um novo Protocolo com a Rodoviária da Beira Litoral, S.A. (Transdev) nas condições ora propostas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.1.2 – Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – 2014/2015

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do apoio que o Município tem dado a todos os alunos do Concelho, incluindo os que ingressam no Ensino Superior, e no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo publicado em Diário da República 2ª Série – nº 238 de 10 de dezembro de 2008, vimos, por este meio, propor que as inscrições para as Bolsas se realizem entre os dias 1 e 31 de outubro de 2014. -----

----- Ainda no âmbito do referido Regulamento, e tendo em conta o ponto 1 do artigo 8º, propõe-se que, no seguimento da apresentação de candidaturas à bolsa de estudo, a comissão de análise seja constituída pelos seguintes elementos: Dr<sup>a</sup> Cristina Ventura; Dr<sup>a</sup> Raquel Pereira; Dr<sup>a</sup> Cláudia Almeida e Dr<sup>a</sup> Célia Nunes (suplente). -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.1.3 – Atribuição de Plafonds por sala de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----  
----- “Dando continuidade ao apoio municipal concedido anualmente a todas as salas de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra, para material pedagógico e de desgaste, propõe-se que os plafonds a atribuir no ano letivo 2014/2015 se mantenham os mesmos do ano letivo anterior, a saber: -----  
----- 150,00 € por sala de aula na EB1 de Dornelas do Zêzere; -----  
----- 300,00 € por sala de aula na EB1 de Pampilhosa da Serra. -----  
----- À consideração superior.” -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----  
----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
